



Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentável e Defesa Civil.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025, ora em análise, visa instituir, no Município de Nova Friburgo, a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável por meio do incentivo à agroecologia, à produção orgânica e à transição agroecológica. A proposta valoriza práticas produtivas que respeitam os ciclos naturais, a biodiversidade e os direitos das populações do campo e da cidade.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Comissão Permanente de Meio Ambiente considera o projeto altamente relevante e oportuno, uma vez que propõe diretrizes e ações concretas que contribuem significativamente para:

- A conservação e recuperação ambiental, com ênfase na proteção dos solos, nascentes, biodiversidade e recursos hídricos;
- O uso sustentável dos recursos naturais, mediante estímulo à produção orgânica, ao agroextrativismo e à agricultura urbana;
- A redução do uso de insumos químicos e agrotóxicos, minimizando os impactos ambientais e os riscos à saúde pública;
- A valorização dos serviços ecossistêmicos e das práticas produtivas ambiental e socialmente responsáveis;
- A mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, por meio da promoção de sistemas produtivos ecológicos, da resiliência ambiental e do uso de energias renováveis;
- O fortalecimento da educação ambiental, tanto formal quanto não formal, por meio de ações integradas entre escolas, agricultores e comunidades;
- A integração entre políticas públicas de meio ambiente, saúde, educação, cultura e desenvolvimento rural sustentável.

A proposta adota princípios contemporâneos de sustentabilidade, com diretrizes claras e instrumentos consistentes de implementação, tais como:

- O PLAMAPO (Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica);
- O fortalecimento do FUNDO RURAL (Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável);
- A criação de incentivos fiscais;
- A institucionalização de espaços como feiras agroecológicas e sistemas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

Além disso, o projeto está em conformidade com os marcos legais vigentes em âmbito federal e estadual, destacando-se:

- A **Lei Federal nº 10.831/2003**, que dispõe sobre a produção orgânica;



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentável e Defesa Civil.

- O **Decreto Federal nº 7.794/2012**, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
- A **Lei Estadual nº 8.625/2019**, que cria a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro.

No plano ambiental, o projeto dialoga com os objetivos do ICMS Ecológico, da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano Diretor Municipal, ao incentivar:

- A recuperação de áreas degradadas;
- O uso responsável dos resíduos;
- A destinação de áreas urbanas para fins produtivos e com função social.

A proposta prevê implantação gradativa, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, e permite a celebração de parcerias interinstitucionais com entes federais, estaduais, sociedade civil organizada, universidades, fundações, ONGs e cooperativas.

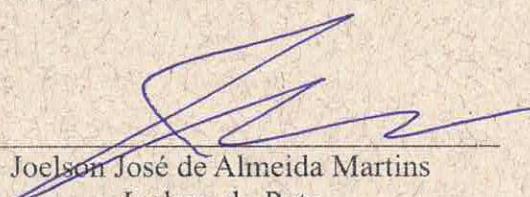
O fortalecimento do FUNDO RURAL, com previsão de receitas adicionais oriundas do ICMS Ecológico e do ISS, assegura sustentabilidade financeira inicial e potencial de expansão a médio e longo prazo, especialmente se articulado às políticas públicas estaduais e federais vigentes.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Permanente de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentável e Defesa Civil emite parecer favorável ao prosseguimento do Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025, por reconhecer seu alto valor ambiental, social e econômico, bem como sua compatibilidade com os princípios da sustentabilidade e da justiça socioambiental.

A análise quanto à constitucionalidade e legalidade da matéria deverá ser realizada, oportunamente, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 23 de Setembro de 2025.



Joelson José de Almeida Martins

Joelson do Pote

Presidente

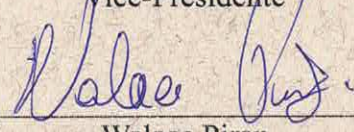
CLAUDIO DAMIAO
SANTOS

Assinado de forma digital por
CLAUDIO DAMIAO SANTOS
PEREIRA:62227009772
Dados: 2025.09.29 15:39:49 -03'00'

PEREIRA:62227009772



Cláudio Damião
Vice-Presidente



Wallace Piran
Secretário